



ATEMPA

Boletim da Resistência

nº 04 Abril 2018 | Gestão 2016/19 | "Sem assédio e sem mordação"



Créditos: SIMPA / Renata Mendonça

A EDUCAÇÃO EM LUTA!

A resistência em defesa do serviço público de qualidade e a ampliação de políticas públicas são nossos compromissos!

Desde o ano passado, nossa luta e mobilização está com foco definido: a defesa do serviço público e da educação frente aos ataques promovidos pelo governo Marchezan. Nossa luta ocorre em meio a um cenário nacional difícil para a classe trabalhadora devido aos retrocessos nos direitos com a implementação da Reforma Trabalhista e a ameaça da Reforma da Previdência, que foi suspensa, porém não saiu do horizonte do governo.

A CAUSA DOS EDUCADORES(AS) É A MESMA DE TODOS(AS)

Durante o ano de 2017, a nossa mobilização, em conjunto com os demais municipais(as), resultou numa greve histórica, que conseguiu barrar a tramitação dos projetos do governo Marchezan que visam o desmonte do serviço público de Porto Alegre. Nossa mobilização, em 2018, não é diferente: somente a unidade e a organização coletiva poderão barrar as ações desse governo neoliberal, que

vê o direito à educação como gasto desnecessário. Nossa resistência segue! Defendemos o projeto político-pedagógico da rede, a gestão democrática, a autonomia escolar. Aos desmandos da SMED, respondemos com a defesa da liberdade, de organização, da democracia. As orientações da mantenedora desconsideram os Planos Nacional e Municipal de Educação, assim como precarizam o trabalho pedagógico, com o fim dos projetos e das horas de planejamento fora da escola (HAFE). Os ataques à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a diminuição do tempo dos alunos em sala de aula, também caracterizam o projeto de desmonte da educação pública.

A "nova rotina", imposta pelo governo Marchezan, vem gerando esvaziamento dos recursos humanos nas escolas, falta de docentes, fechamento de turmas e, conseqüentemente, baixo rendimento escolar. A resistência em defesa do serviço público de qualidade para a população e ampliação de políticas públicas é nosso compromisso! ATEMPA é luta e luta!



É PRA FRENTE QUE SE ANDA!!!

Nossa luta neste ano será árdua diante da postura que a gestão Marchezan vem adotando. Mas o segredo para a nossa vitória é a nossa união.

É necessário que a educação faça a defesa permanente da gestão democrática, uma vez que o ataque da SMED tem desconstituído o projeto da RME, bem como os Projetos Político-Pedagógicos (PPP), construídos nas escolas, pelas comunidades escolares.

Precisamos exigir do governo a indicação imediata dos seus(as) representantes para composição e funcionamento do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (CACs FUNDEB). Tal exigência se faz urgente e necessária, pois o recebimento dos repasses destas verbas dependem da formalização, junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para validar relatórios e garantir a

continuidade da entrada do financiamento a estas políticas públicas.

Retomar as condições da hora-atividade, prevista na Lei do piso, incluindo a Educação Infantil, tratando com isonomia todos os(as) profissionais, independente da distribuição de sua jornada em uma ou mais escolas.

Regularizar e atualizar os valores do repasse feito a cada escola, a fim de garantir o custeio e a manutenção, através do Plano de Aplicação de Recursos (PAR), dando condições à gestão. Os valores não reajustados, bem como o desrespeito aos prazos dos repasses, comprometem a qualidade do atendimento aos(as) alunos(as) e as condições de trabalho dos(as) profissionais da educação em todo município.

Pauta de reivindicações da educação para 2018



Valorização do servidor e do serviço público. Garantia dos direitos trabalhistas. Saúde do trabalhador

- Revogação dos critérios para a concessão da HAFE, contemplando todas as atividades docentes;
- Garantia da hora-atividade, atendendo a legislação (Lei do Piso), em todas as etapas e modalidades;
- Regulação do uso do banco de horas, assegurando a utilização do total das horas excedentes;
- Concessão de recesso escolar para monitores(as) e demais funcionários(as);
- Garantia do uso dos atestados médicos para consultas eletivas, sempre que necessário;
- Garantia dos direitos trabalhistas dos(as) terceirizados(as), no que se refere à responsabilidade compartilhada do município, prevista na execução dos contratos.



Defesa da liberdade de organização e da democracia

- Respeito às atribuições dos Conselhos Escolares, no que tange aos calendários das escolas e seus projetos pedagógicos;
- Unificação do calendário escolar com as demais redes de ensino, com a antecipação do recesso escolar de julho para o período de 23 a 27 de julho;
- Validação dos sábados utilizados para conselho de classe como dias letivos;
- Andamento do processo administrativo referente aos dois dias de greve geral, realizada em 2017;
- Compensação da carga horária dos dias 15 de março, 19 e 28 abril;
- Liberação do ponto para quem participou da Assembleia Geral, no dia 04 de maio.



Garantia dos Serviços Públicos para a população, transporte, educação, assistência social, saúde e moradia

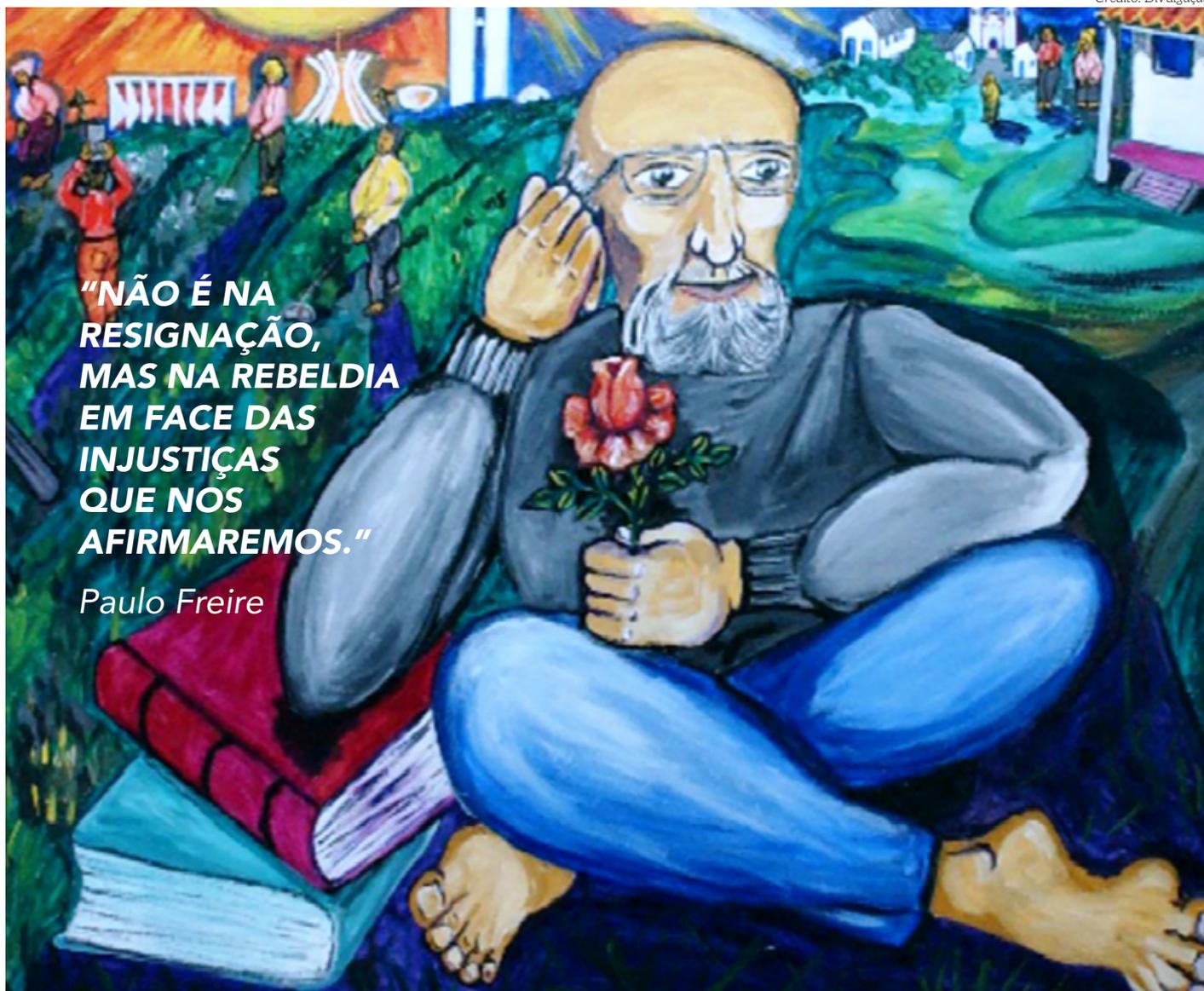
- Reavaliação da suspensão da EJA na Emef Wenceslau Fontoura;
- Realização de chamada pública para a EJA, na cidade de Porto Alegre, conforme prevê a Lei 11858/2015, que institui o Plano Municipal de Educação, para o período 2015/2025;
- Retomada imediata das obras paradas e divulgação, para as comunidades escolares, do calendário de execução;
- Cumprimento das Resoluções 013/2013 e 015/2015, do CME/POA, que regulam, respectivamente, a educação inclusiva e a oferta da educação infantil na rede municipal de ensino;
- Retomada dos projetos que garantem a permanência dos(as) alunos(as) por mais tempo na escola, conforme seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos;
- Retorno da reunião pedagógica prevista semanalmente, com 2h/semana, considerada como dia letivo;
- Divulgação das vagas disponíveis na RME, garantindo um processo transparente de lotação dos(as) trabalhadores(as) em educação de Porto Alegre.

ATEMPA apresenta sua nova assessoria jurídica

A ATEMPA ampliou sua assessoria jurídica e passou a trabalhar com o Escritório Kauer, Villar e Advogados Associados. Responsável também pelo acompanhamento do SIMPA, o escritório tem experiência e foco nas áreas de direito administrativo e previdenciário, na assistência a servido-

res(as) públicos(as) e na assessoria às suas entidades representativas. Para além da consultoria, a ATEMPA contará com o escritório para oferecer atendimento a seus(suas) associados(as), em qualidade e condições diferenciadas. Ligue para a ATEMPA e agende um horário no plantão jurídico!

Crédito: Divulgação



**“NÃO É NA
RESIGNAÇÃO,
MAS NA REBELDIA
EM FACE DAS
INJUSTIÇAS
QUE NOS
AFIRMAREMOS.”**

Paulo Freire

ATEMPA

51 3228.0215
atempa.org.br

 atempaeducadores

DIRETORIA

Direção de Administração e Organização
Márcia Dias Loguércio

Direção de Assuntos Educacionais
Cindi Sandri

Direção de Assuntos Sindicais
Márcia Losada

Direção de Finanças

Fabiane Borges Pavani

Direção Geral

Glauco Marcelo Aguilar Dias /
Sínthia Santos Mayer / Vlândia Paz

Direção de Imprensa e Divulgação
Mária Celeste da Silva Martins

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Jornalista responsável

Clomar Porto (MTB 12158)

Assessora de Comunicação

Renata Mendonça

Diagramação

Agência 42